

PEDAGOGIA DA CONVIVÊNCIA E EDUCAÇÃO PARA A PAZ DESAFIOS E REFLEXÕES

Introdução

Pensar a Educação Social e, especificamente, a pedagogia da convivência, sob a perspectiva de uma educação inclusiva e libertadora, remete forçosamente a reflexões sobre o tipo de convivência na qual aspiramos viver e para qual modo de convivência pretendemos educar.

Um dos desafios que se apresentam nesse âmbito está, em certos aspectos, na oferta de novas respostas e repertórios para os educadores sociais e agentes da cultura da paz (mediadores, facilitadores de diálogos, entre outros) que propiciem maior e melhor compreensão das formas de manejo das divergências, conflitos, diferenças externadas, silenciadas, preconceitos etc., respeitando a história e o contexto de vida de cada um dos envolvidos.

Esse desafio pressupõe, desde logo, um *contra movimento* à cultura da violência, já instalada em nossas sociedades e diuturnamente reforçada por várias formas e meios de comunicação, a partir dos aportes da cultura e da educação para a paz com lentes que desvelem um novo paradigma.

O texto trata do tema da convivência, aborda o conflito e a violência, oferece distinções entre esses conceitos e instiga às reflexões sobre os desafios da pacificação social. É um texto simples no qual não houve a pretensão de problematizar as questões afetas a esses contextos, mas sim compartilhar algumas ideias pautadas nas pesquisas acadêmicas e experiências práticas vivenciadas.

Espero que propicie uma leitura tão prazerosa quanto foi para mim escrevê-lo.

1. Convivência: conflito, violência e pacificação social

Conviver, significa, segundo Xésus Jares, viver uns com os outros conforme as bases radicadas nas relações sociais e códigos valorativos, que são forçosamente subjetivos, a partir de um contexto social determinado, que contempla conflitos.

Todas as relações humanas envolvem a escolha de um modelo de convivência que se assenta em valores, normas, regras, formas de organização, direitos, deveres, contextos políticos, econômicos, formas de expressão, linguagem, emoções e sentimentos, vínculos, diversidades etc.

O modo eleito para organizar a convivência nos diferentes segmentos da vida (familiar, escolar, laboral) e âmbitos (público, privado, nacional ou internacional), possibilita diferentes modelos de convivência dos quais resultam diferentes efeitos para as pessoas. Cabe à educação formal ou não formal e também a informal a atribuição de apoiar o processo de aprendizagem da convivência. A preponderância da família e da escola no processo de aprendizagem para a convivência, não esgota e nem engloba a todos e também não exonera outros atores dessa missão, já que construir sociedades conviviais compete a sociedade como um todo, não sendo atribuição exclusiva de um único segmento da sociedade. Aprender tem muito de conviver e conviver é o espaço-tempo de aprender.

Conviver requer habilidades sociais e emocionais e um esforço em reconhecer a interdependência e a interconectividade inerente a nossa condição humana.

Convivência e conflito são duas realidades não excludentes e inerentes a toda a forma de vida em sociedade, como afirma o Xésus Jares. Se por um lado há que se reconhecer que não existe a possibilidade de vida sem convivência, por outro, há que se admitir que é a fragilidade inerente ao ser humano em seu permanente desenvolvimento que forja as relações de dependência e viabiliza sua subsistência em meio a toda a diversidade.

O conflito conta com uma gama de definições. Para Xésus Jares, pesquisador espanhol que se dedicou ao tema da educação para a paz, o conflito é um fenômeno de incompatibilidade entre pessoas, grupos ou entre pessoas e grupos, em que existem (ou parecem existir) objetivos, finalidades, e ou valores inconciliáveis. Para o pesquisador, o conflito resulta de uma percepção distinta de interesses ou da convicção de que as aspirações de cada um dos atores envolvidos não podem ser simultaneamente alcançadas, pressupondo a impossibilidade de coexistência. Outros autores conceituam o conflito dentro da concepção que sintetizamos: um desentendimento, divergência ou mesmo uma luta expressa entre duas ou mais pessoas em relação de dependência que se desentendem quando se percebem com falta de (ou limitação ao) acesso aos recursos, metas ou objetivos contrapostos e obstaculizados entre si.

É comum observar que os conceitos de violências e conflitos são, muitas vezes, confundidos e tratados como sendo sinônimos. Na afirmação de Lia Diskin o conflito reflete a diversidade de aspirações do ser humano. Conflito é um estado enquanto a violência é uma forma (ou estratégia) para solucionar um conflito. Via de regra essa forma (violência), é direcionada ao adversário. A violência é um meio para atingir e infligir dor, humilhação, desqualificação, invisibilidade, silenciamento etc., a alguém (o opositor).

Johan Galtung¹, sociólogo norueguês reconhecido por ter sido pioneiro no estudo da paz, dotado de consistente e numerosa produção acadêmica e experiente mediador, reconhece e diferencia três tipos de violência: a direta, a estrutural, termo que ele próprio cunhou, e a cultural.

Por violência direta Galtung entende a agressão física visível, perceptível e tida por tradicional, ao cunhar o termo violência estrutural pretendeu denominar a violência indireta, aquela caracterizada por aparente invisibilidade e só percebida quando da identificação dos preconceitos que lhe servem como fontes de discriminações, exclusões e que, em regra, gera como efeitos novas violências. A violência estrutural um tipo de violência gerada pelas estruturas

¹ GALTUNG, Johan foi o primeiro estudioso da Paz. Cunhou o termo violência estrutural para designar “a violência gerada pelas estruturas políticas, econômicas e sociais que criam situações de opressão, exploração ou alienação”, bem como para “designar simultaneamente ações violentas e injustiças”.. Johan Galtung foi o primeiro estudioso da Paz e fundador do International Peace Research Institut, em Oslo no ano de 1959, o primeiro instituto de investigação sobre a paz.

políticas, econômicas e sociais das quais se originam de cenários de opressão, exploração ou alienação e que envolve, simultaneamente, ações violentas e injustiças. A violência cultural é a que é encoberta pela cultura, não é perceptível como a direta, está sob máscaras e condicionamentos que impedem a pessoa de perceber determinadas situações ou circunstâncias sociais que representam violências (exploração, opressão etc) mas que não são percebidas como tal e, por essa razão, permanecem silenciosamente produzindo efeitos perniciosos e injustiças. Desses cenários podem eclodir violências que emergem da revolta pela violência sofrida e é compreendida como uma estratégia para libertação. Para alguns, quando ocorre uma violência que se opõe a uma violação de direitos, ocorre a necessidade da *contra violência* e esta ação deve ser tolerada. A ação violenta praticada ganha legitimidade e esse é o argumento pró- tolerância. Para outros, ainda que seja possível compreender a origem e as circunstâncias da violência revidada (*contra violência*), não há como admitir que se constitua em providência plausível às ações violentas. Nesse sentido, compreender a motivação de uma ação violenta não a torna uma ação adequada.

Admitir a violência secundária ou a *contra violência*, como forma de sanar as violências primárias, representa a autorização para a luta contra a violência com armas violentas, instaurando um processo de retroalimentação da violência que se estabeleceria de modo interminável e remete a Jean-Paul Sartre quando afirma que “Escolhendo-me, escolho o homem”, oferecemos um modelo a ser seguido.

Temos constatado que aprendemos a produzir a violência e a reproduzimos na forma como agimos e nos comunicamos. Falamos e agimos muitas vezes de forma violenta e sequer nos damos conta disso. Os efeitos dessa produção de violência, de desqualificações, de invisibilidades, de silenciamento já se torna um incômodo, por toda a desconexão que provocou, pela inversão das matrizes valorativas que orientam e servem de modelos para a convivência.

Os sistemas contemporâneos destinados a ordenar a convivência vem mostrando suas fragilidades e os seus reduzidos efeitos integrativos. Banalizamos o mal, adotamos ações mecânicas e não refletidas que dão como aceitas todas as sortes de violência como parte inerente da vida, ao

menos no espaço-tempo compartilhado² e esquecemos que tanto o conflito quanto a violência são processos, que funcionam sistemicamente e que estão radicados nos preconceitos e na intolerância a toda a sorte de diferenças: religiosas, étnicas, ideológicas, estruturais (socioeconômicas) em desequilíbrio nas condições de acesso as necessidades básicas e inerentes aos seres humanos.

Por serem processos e serem sistêmicos os conflitos devem ser pensados segundo essa perspectiva (do pensamento sistêmico), que traz um olhar atento a inter-relação e a interdependência do sistema como um todo e da sua articulação com os subsistemas (todas as pessoas envolvidas).

É pelo viés do pensamento sistêmico que se pode proporcionar melhor compreensão (e intervenções) nos níveis do que se vê, quem faz e as reações produzidas, no que se pode observar como produção (ações e reações) ao longo do tempo e que permitirá, por vezes, predizer o comportamento futuro, as tendências de longo prazo (campo do que é estrutural), apontar o que causa os padrões de comportamento e, ainda, buscar esclarecer como os elementos influenciam-se mutuamente. Nessa sequência, no último nível, estão os modelos mentais que é o campo da influência mútua, já que “os modelos mentais dos atores influenciam o seu comportamento gerando estruturas sistêmicas da realidade”.³

Pacificação social e seus desafios: uma utopia realizável?

Sabemos que a convivência comporta conflitos e que os conflitos podem gerar ações violentas, em grau de escalada de amplo poder de destruição. Diante do tema da convivência, uma trama que suscita deslocamentos, conforto, alegria, conflitos, violências, desconfortos e tristezas etc., colocamos em pauta os desafiadores processos em busca da pacificação social.

Um dos possíveis pontos de partida passa pelo entendimento do que é paz. Galtung contribui com esse conceito ao oferecer a sua construção de uma

² Marcelo Andrade refere a Hanna Arendt em sua concepção da banalização do mal.

³ O texto Teoria do Conflito aborda aspectos sociológicos e psicológicos do conflito (vc. referências bibliográficas).

tipologia da paz. Ele a divide em paz negativa e paz positiva e explica que a negativa consiste na ausência de violência direta, porém com a manutenção de um cenário de violência estrutural. Nesses termos, a paz denominada como “negativa” não considera a erradicação da violência direta como condição estritamente positiva. Ao contrário do que ocorre com a definição que oferece de paz positiva, que corresponde à ausência das violências direta e estrutural, em um cenário permeado por uma distribuição igualitária de poder e recursos, o que lhe imprime a condição de positiva.

A professora Lisa Schirch assevera que a paz sem justiça, não é sustentável, não provê as necessidades básicas dos seres humanos e nem promove os direitos humanos – esses direitos que, cabe sempre reiterar – são dotados de necessidades básicas inatas, que por essas qualidades, precisam ser garantidos a todos, indistintamente, como nos e isso, independentemente de qual a visão de paz que nutrimos: galtuniana, positiva ou negativa; gandhiana, interna ou interna etc. Para a professora, a segurança humana decorre do atendimento aos direitos e da proteção desses direitos e necessidade.

Para Lederach, um prestigiado internacionalmente conciliador e mediador que atua há décadas em uma ampla gama de conflitos em diversos países do mundo, nos estimula considerar uma toda uma complexidade e variedade de polarizações, dos mais diversos tipos, níveis e que por cada uma das suas especificidades, carecem de distintos processos de respostas que atendam a complexidade das questões e não tão somente aquilo que se percebe ou sobressai. Aponta outro desafio, o de construir espaços de diálogo que permitam tecer uma relação, construir confiança, sustentar o intercâmbio de ideias, articular pessoas que não estão situadas na mesma posição.

Em contextos onde as diferenças sociais são tão discrepantes, o desafio da convivência em patamares adequados passa a ser descomunal. Necessidades não atendidas geram conflitos e são disparadores de violências que ao fim e a cabo, refletem as violências experimentadas por aqueles que estão à margem e sem atendimento. A ideia abriga a proposta de diálogo entre os diferentes grupos de uma sociedade plural para o entendimento da diferença como riqueza, sem negar os conflitos e de que a diversidade como um campo

propício para a educação crítica, contextualizada, com centralidade no diálogo, onde a diferença seja um valor constituinte do ser humano.⁴

Max Neef⁵ enumera as nove necessidades humanas básicas e fundamentais que, de acordo com a “Escala de Desenvolvimento Humano”, permeiam todos os seres humanos (independentemente de suas culturas) e, portanto, consideradas inerentes à condição de ser humano. Tais necessidades fundamentais do ser humano, ao contrário do que vinham afirmando os economistas, não são ilimitadas, ao contrário, são poucas, são finitas e podem ser especificadas: identidade, liberdade, subsistência, proteção, afeto, compreensão, participação, lazer (recreação, diversão, ociosidade), criação. Isso contrasta frontalmente à noção convencional de um ser humano voraz, insaciável e aponta para uma percepção de que essa voracidade pode estar tentando sanar o vazio deixado por alguma ou algumas das necessidades não atendidas. Neef ressalta que é importante tais necessidades serem entendidas como um sistema – necessidades interdependentes e interativas – em uma perspectiva que vai além de uma escala progressiva hierarquizadas iniciando-se pelas necessidades básicas de subsistência (ou de sobrevivência) e organizadas em níveis hierárquicos que passam pela sobrevivência, segurança, status/estima, sociais e autorrealização.

O não atendimento das necessidades básicas humanas gera, na perspectiva dos estudiosos, níveis crescentes de conflituosidade e de violência, cujo ciclo passa pela autodestruição: abuso de álcool, drogas, depressão, opressão internalizada, podendo levar ao suicídio. Da autodestruição passa a destruição da comunidade (ataques às redes primárias e secundárias) expressa pela violência interpessoal: intrafamiliar, prática de crimes, abusos. E, por fim, a violência extremada inclui rebeliões, atos de terrorismo, revoluções e a guerras. E, não obstante o nível da violência, todas levam à intranquilidade e ao medo.

⁴ Marcelo Andrade: aula ministrada na Formação em Justiça Restaurativa e Práticas Sociais – ISA-ADRS (nov. 2016).

⁵ Max Neef é um economista que coloca as pessoas no centro de suas pesquisas. Ele coloca por terra a contradição apontada pelos economistas quanto aos desejos e necessidade da sociedade serem ilimitados, enquanto os recursos para efetivar-se a produção dos bens e serviços que devem atendê-los limitados. Para estes economistas, por mais rica que a sociedade seja, os fatores de produção serão sempre escassos para efetivar a fabricação de todos os bens e serviços que essa mesma sociedade deseja.

Vivemos entrincheirados e não reconhecemos o outro como um igual, um ser humano com as mesmas necessidades básicas que nós temos e produzimos tanta desconexão quanto violência.

É urgente a necessidade de uma educação para a paz que cuide de habilidades sociais e emocionais, sem esquecer das questões estruturais. Nos vemos instados a aceitar o convite e o desafio de mobilizar pessoas e instituições de todos os âmbitos para debruçar sobre as necessidades básicas de todos e trabalhar sobre possíveis formas de atendê-las ao menos em parte. Trata-se de um desafio que pode passar por revisitar alguns dos compromissos integrantes do programa proposto para a Década Internacional de uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo (mas não se restringindo a estas), o qual foi concebido pela UNESCO e é considerado um dos mais bem-sucedidos dos últimos tempos pela jornalista e filósofa Lia Diskin que ressalta sempre os seis princípios do programa, quais sejam: Respeitar a Vida, Rejeitar a Violência, Ser Generoso, Ouvir para Compreender, Preservar o Planeta e Redescobrir a Solidariedade.

Considerações finais

As relações humanas envolvem a escolha de um modelo de convivência assentado em valores, códigos, direitos, deveres, contextos políticos, econômicos, formas de organização, participação, expressão, linguagem, emoções e sentimentos, vínculos, diversidades etc. Ainda assim somos produtores de violências.

Não duvidamos ou não deveríamos duvidar da nossa capacidade de produzir violência. Não desconsideramos ou ao menos não deveríamos, a nossa interdependência e interconectividade.

Parece que não temos mais liberdade e nem a escolha de fechar os olhos aos bolsões de exclusão e aos efeitos perversos que produzem, todos eles diariamente expostos diante de nossos olhos e ao som dos ouvidos.

Um programa de educação para a convivência envolve muitos desafios. Diariamente tropeçamos em muitos dos que encontramos pela frente.

Urge pensar a convivência a partir de modelos de educação para a paz, incluindo não somente as metodologias, mas também uma alfabetização social e emocional. Uma educação para a convivência precisa ser construída e vivenciada a partir de novas lentes e outras sensibilidades.

Apresento, como o primeiro grande desafio, um que só depende de cada de nós e que podemos implementá-lo a qualquer tempo, no *aqui e agora*. É o desafio de reconhecer a violência que nos habita e transmuta-la em ações pautadas na alteridade, na ética do cuidado, no fazer junto e, especialmente em uma proposta de vida que seja tão virtuosa quanto cumpridora dos deveres, tão justa quanto feliz e tão potente que nos proporcionem bons encontros.

Essas são algumas das tantas possíveis inspirações que podem surgir a partir de diálogos pelas mãos da filosofia e na companhia de grandes homens: Aristóteles, Kant, Rawls, Adela Cortina e, especialmente, Spinoza, para quem bons encontros trazem alegria, as alegrias aumentam a potência e em Spinoza potência é vida... É um desafio pode parecer bastante difícil e pode, também, reservar grandes e saborosas surpresas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Marcelo. Diferenças silenciadas: pesquisas em educação, preconceitos e discriminações | Organização Marcelos Andrede. 2015

_____ "A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas." Revista brasileira de educação 15.43 (2010): 109-125.

DISKIN, Lia. In Gandhi e a não-violência. Disponível em: http://www.palathena.org.br/arquivos/conteudos/Gandhi_e_a_naoviolencia_LiaDiskin.pdf

GALTUNG, Johan. "Transcend and Transform". Boulder: Paradigm, 2004.

GOIS, Clea. In. Revista Reflexão disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reflexao/issue/view/314>. 02 de maio de 2017

JARES, Xésus R. Pedagogia da Convivência. Tradução de Elisabete de Moraes Santana. Editora Palas Athena, 2008.

_____ Educar para a paz em tempos difíceis. Tradução de Elisabete de Moraes Santana. Editora Palas Athena, 2007.

LEDERACH, John Paul. Desafios e alternativas na construção da paz. Conferência da Venezuela, realizada no Centro Latinoamericano Rômulo Gallegos – Caracas, em 05 de agosto de 2003.

MULLER, Jean-Marie. Não-violência na Educação. Não-violência na educação. São Paulo: Palas Athena, 2006.

PASSOS, Celia Maria Oliveira. Teoria do Conflito. Disponível em: www.isa-ads.com.br 02 de maio de 2017.

SCHIRCH, Lisa. Linking Human Rights and Conflict Transformation. A peacebuilding Framework. In. Human Rights & Conflict. Exploring the Links between Rights, Law and Peacebuilding.